

# **GÉNERO, DESIGUALDADES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA: o caso de Angola.**

**Marzia Grassi**

## Introdução

As sociedades do continente africano vivem uma situação de grave marginalização e instabilidade política, que parece ser acentuada pelo actual contexto de globalização em que todas as sociedades do globo se encontram. Os novos comportamentos agregados de muitos diferentes actores têm evidenciado sérias limitações da Teoria Geral do Equilíbrio (núcleo duro da ciência económica) em capturar a realidade que nos rodeia. Se queremos analisar as mudanças sociais em África, a realidade simplesmente escapa a quem queira captá-la com instrumentos estreitamente disciplinares. A interdisciplinaridade torna-se portanto indispensável neste contexto.

Na ciência económica existe um grande número de economistas que analisam a diversidade das empresas, dos agentes e das instituições, com o objectivo de demonstrar que existe uma mão mais ou menos invisível que garante a estabilidade do sistema e impede a sua desagregação. Mas também há mais de cinquenta anos que economistas esclarecidos pela experiência, já não defendem as virtudes automáticas do mercado, da sua mão invisível e do "laissez faire" e acreditam que a recolha da informação deve ser feita sobre "o que é" e não sobre "o que deveria ser", de acordo com o paradigma dominante. A realidade económica pura não existe. O que existe é uma interconexão de relações sociais, culturais e institucionais, que tornam difusas e poucos claras as fronteiras entre a economia e a sociedade.

A situação apela para novas abordagens e para o estudo de variáveis que estruturam e relacionam os subsistemas cultural, político, institucional, tecnológico e económico, que definem a coordenação social. A escolha da variável "género" proporciona a abordagem conjunta de fenómenos de identidades aparentemente diversos, pois estamos perante um grupo (mulheres) que tem assumido um papel periférico e uma posição vulnerável em termos de correlação de forças com um outro

grupo dominante (homens) e que partilham especificidades biológicas e padrões específicos de comportamento e atribuição de significados. Este tipo de variáveis são centrais para a desejada relação com a análise histórica e outras informações significativas para uma visão evolucionista da mudança estrutural.

Por outro lado, ao continuarmos a aplicar modelos normativos à realidade, negligencia-se a análise do percurso histórico, dos comportamentos, das motivações dos agentes do desenvolvimento, indispensável para obter informações que ajudem a equacionar (i.é simplificar) a problemática do desenvolvimento.

Os estudos sobre o género têm sido e continuam a ser muitas vezes confundidos com os estudos sobre as mulheres. Sobretudo na tradição francófona, são geralmente entendidos como constituindo as últimas novidades dos estudos feministas. O conceito do género constitui, ao contrário, uma nova área de investigação que apresenta a sua especificidade em relação aos trabalhos feministas, na medida em que se interessam sobretudo à dinâmica socialmente construída entre homens e mulheres a todos os níveis da vida na sociedade: político, social, económico, cultural e doméstico. O que constitui uma área diferente da paridade em que as feministas francesas têm particularmente avançado. Esta nova problemática impõe uma reorientação das acções no terreno na área da investigação assim como na área da aplicação das políticas de desenvolvimento.

Existem numerosos especialistas (sobretudo mulheres e ainda infelizmente muitos poucos homens) que se interessam sobre questões do género, mas não existem ainda suficientes projectos de formação nesta área nas universidades e em outras instituições, o que dificulta em parte o nosso trabalho.

A abordagem do género e desenvolvimento é mais difusa nos países do norte da Europa, nos Estados Unidos e no Canada, embora muito recentemente comecem a aparecer também na literatura francófona. Nos países em desenvolvimento esta problemática é quase exclusivamente sentida pelas ONG's, sendo esta uma área pouco sentida pelos governos embora seja comum, na África Subsaariana, a existência de um Ministério da promoção da mulher (que é o caso também de Angola), o que parece indicar que este tipo de problemática é reconhecida a nível institucional e ainda muito pouco nas práticas de governo.

O género tem sido definido como a construção social e a variável cultural dos papéis que homens e mulheres desempenham na vida diária.

É um termo sociológico que distingue as diferenças sócias das diferenças biológicas entre os sexos e que tem a vantagem de se destacar da dimensão física da palavra

"sexo". Na língua inglesa o termo "gender" permite distinguir além do termo gramatical masculino/feminino, o "sexo biológico" do "género cultural" . Esta definição cultural demarca-se da abordagem naturalista do masculino e do feminino<sup>1</sup> e introduz uma dimensão social historicamente construída sobre distinções segundo o sexo. De outro lado, a relação do género - insistindo sobre o aspecto racional - sublinha que as duas categorias de sexo se definem uma em relação à outra, o que implica que a informação sobre as mulheres tenha que ser necessariamente uma informação sobre os homens<sup>2</sup> .

O esquecimento do género nos modelos de desenvolvimento é particularmente grave em África, onde esta variável torna-se essencial para a compreensão do funcionamento do mercado e do agregado familiar, dado o papel determinante da mulher no processo de tomada de decisões de consumo, produção e distribuição dos rendimentos dentro do agregado e no mercado, papel que poderia constituir, a meu ver, uma estrutura de intervenção na sociedade angolana.

O meu interesse pela problemática do género e desenvolvimento em Angola deve-se sobretudo aos resultados da minha tese de mestrado. Naquele trabalho formulei a hipótese de que se poderia encontrar entre as mulheres empresárias das cidades que visitei, o germen do empresariado emergente necessário ao desenvolvimento do sector privado em Angola. Os resultados da minha investigação demonstraram a existência de discriminações e preconceitos do género, que as teorias económicas dominantes não têm em conta. Além disso, verificamos existir uma diferença entre os comportamentos e as atitudes de homens e mulheres em relação ao mercado, diferenças do género que se reflectem em termos de participação e importância no desenvolvimento económico.

Em Angola, como em muitos países africanos, as mulheres representam os sujeitos mais activos no mercado e os recursos humanos mais dotados de sentido de oportunidade e de dinamismo também em períodos de crise.

Se, por um lado, a actual situação política e militar angolana representa uma condicionante em qualquer análise e imprimirá nos resultados de eventuais investigações em curso uma especificidade conjuntural, por outro lado, o facto de a guerra em Angola se ter tornado de alguma forma "estrutural" não deve interromper a investigação científica sobre este país, sendo, ao contrário, necessária à compreensão dos limites da globalização capitalista mundial e do seu modo de produção.

---

<sup>1</sup> Farges e Perrot, (1993)

<sup>2</sup> Locoh, T. E Tichit, C. (1996)

## Género e desenvolvimento em Angola

Actualmente em Angola com os efeitos perversos provocados pela ajuda internacional, pela guerra e pela aplicação dos programas de estabilização económica, a intervenção maciça da mulher no mercado parece permitir um ajustamento ao nível do emprego, da criação dos rendimentos, da formação de capital e de abastecimento, visando as necessidades de capital e bens da economia angolana. Ao mesmo tempo ela suporta, para além dos constrangimentos legais e culturais, que a colocam num lugar subalterno em relação ao homem, uma falta de atenção para com os seus problemas, nomeadamente na definição das políticas de desenvolvimento. Em Angola, ao estudarmos o mercado real (de bens, serviços e trabalho) é muito difícil ignorarmos as implicações do género. Elas são simplesmente escondidas nas agregações utilizadas.

Ao considerarmos, por exemplo, o agregado, as suas actividades são um conjunto de acções de indivíduos que têm aspirações, objectivos e constrangimentos diferentes. O maior erro aqui é a ideia de que existe uma única função de bem-estar que representa a máxima utilidade para todos os membros do agregado. O nível de agregação da análise macro-económica das funções de utilidade não permite captar as desigualdades do género que se detectam na realidade. Em Angola, como em muitos países da ASS, muitas actividades que têm valor de uso mas não têm valor de troca são feitas por mulheres, tais como as actividades de reprodução dentro do agregado que beneficiam todos os membros. Estas actividades, assim como as actividades no mercado paralelo e no sector informal, não são incluídas como actividades económicas na Contabilidade Nacional das receitas e despesas. De facto se nos colocarmos dentro da definição internacional de actividade económica, assim como aparece no sistema de Contabilidade Geral das Nações Unidas, esta definição continua a excluir no calculo do PIB as actividades que se desenvolvem no interior do agregado familiar assim como as actividades do sector informal.

Nos países em desenvolvimento as mulheres exercem maioritariamente a sua actividade no sector informal e portanto uma melhor avaliação da sua contribuição passa por uma melhoria dos métodos de medição destas actividades. Além disso, as mulheres angolanas desenvolvem mais frequentemente que os homens situações de pluri-actividade que são ainda pouco conhecidas e mal medidas.

Se definirmos o mercado como uma instituição social feita por homens e mulheres que consomem e produzem em diversas maneiras de acordo com a situação geográfica,

a raça, a classe, o sexo e o próprio contexto cultural, é fácil constatar que ele não é neutral em relação aos assuntos do género. O mercado real em Angola, como em muitos países da África Subsaariana, encontra-se maioritariamente no sector informal que está sem dúvida em crescimento condicionando a vida das pessoas e a economia. Os agentes económicos do sector informal são sobretudo mulheres que sofrem diariamente uma série de constrangimentos e discriminações com base no género.

Há uma grande escassez de informação e estatísticas sobre os problemas do género em Angola e as suas ligações com o desenvolvimento.

A mulher angolana detém tradicionalmente o importante papel de assegurar a alimentação e a manutenção do agregado familiar. O papel reprodutivo da mulher em Angola, como em muitos países africanos, é dignificado e considerado culturalmente o mais importante. A situação de guerra, que teve como resultado o recrutamento de um número crescente de homens, determinou uma série de efeitos, um dos quais é o melhor acesso das mulheres às posições de poder no sector urbano. As reacções às mudanças sociais do último período provocadas pela aplicação dos programas de estabilização económica têm sido várias e diferentes conforme considerarmos o meio rural ou o meio urbano bem como conforme a classe social das mulheres. Quando na célula familiar o homem está ausente, as mulheres organizam-se e assumem comportamentos sociais e económicos de gestão do agregado familiar que vão do desenvolvimento do trabalho feminino no sector informal, à criação de associações femininas, à procura de uma integração nos circuitos financeiros modernos ou ainda à vontade de elevar o próprio nível de formação. É a este propósito interessante notar como a cidade, nesta fase de transição, se tornou o lugar privilegiado para a aprendizagem de novos papéis dentro da família, sociais e profissionais. A cidade tornou-se um lugar de emancipação das mulheres, que demonstram uma clara vontade de se assumirem como agentes sociais e autoras do desenvolvimento.

A representação numérica das mulheres no seio da classe empresarial angolana atinge os 50%, percentagem, de facto, muito mais alta se considerarmos as numerosas mulheres que actuam no sector informal.

Em 1996 fui a Angola para realizar o trabalho de campo da minha tese de mestrado. Entrevistei cerca de 50 mulheres empresárias de Luanda e Benguela quer no sector formal quer no sector informal. Neste trabalho tive acesso aos poucos documentos que indirectamente podem dar uma ideia das desigualdades do género. Um destes documentos foi um estudo publicado em 1991 sobre os agregados familiares da cidade

de Luanda que tinha como objectivo a identificação da pobreza e da insegurança alimentar<sup>3</sup>. Deste estudo resultou a constatação de que existe uma diferença considerável na utilização do tempo pelos dois sexos, quando classificados por grupo de pobreza. Não somente as mulheres despendem mais tempo em actividades produtivas do que os homens, mas a medida que a pobreza aumenta, aumenta também a pressão sobre o uso do tempo das mulheres<sup>4</sup>. Os dados resultantes deste estudo, se suficientemente aprofundados, são susceptíveis de levantar pontos importantes face ao impacto da aplicação de um Programa de Ajustamento Estrutural, quer na formação do capital humano, quer sobre as desigualdades dos sexos no acesso a oportunidades geradoras de recursos e rendimentos.

As desigualdades entre homens e mulheres em Angola incidem em várias áreas importantes.

#### Desigualdades no acesso à educação<sup>5</sup>

As mulheres angolanas têm normalmente possibilidade de acesso à educação menores do que as dos homens. Em 1983/84, a taxa de analfabetismo das mulheres estava entre 75 e 80% e dos homens entre 55 e 58%. Nas taxas de matrículas na escolarização formal, existe entre os dois sexos uma notável diferença: em Luanda apenas 25 raparigas em cada 100 completam os primeiros quatro anos de escolarização, em comparação com 35 rapazes e há quase o dobro de rapazes do que de raparigas matriculados no final da quarta classe. No ensino secundário a diferença entre os sexos é ainda mais pronunciada. No ensino superior, em 1983, os estudantes universitários eram 5.700, um terço dos quais mulheres, a maioria das quais na faculdade de medicina<sup>6</sup>. Diversos factores contribuem para esta realidade, como a tradicional ocupação das raparigas nos trabalhos de casa, a gravidez precoce e muitas vezes não desejada, e a atitude cultural que considera negativa a escolarização das mulheres.

---

<sup>3</sup> Bender, W-Hunt, S. (1991) "Pobreza e insegurança alimentar em Luanda" com base nos dados do Inquérito sobre as despesas e receitas dos agregados familiares UNICEF (1990).

<sup>4</sup> Para uma análise mais aprofundada do resultado deste estudo ver Grassi, M. "O papel da mulher empresária angolana: contributo para uma reflexão" Tese de Mestrado em Estudos Africanos, ISCTE (1997), pag.89-91.

<sup>5</sup> Até pag. 16 segue directamente GRASSI, M. (1997).

<sup>6</sup> Dados sugeridos do Censo Regional da cidade de Luanda (1983/84). Dados mais recentes apontam para as mesmas proporções, embora não oficializados.

É interessante notar que, recentemente, na formação profissional, as mulheres jovens das cidades angolanas que visitámos (Luanda e Benguela) estão presentes também em trabalhos considerados tradicionalmente masculinos (metalurgia, carpintaria, electrónica), o que pode indiciar uma mudança em curso.

No mercado de trabalho urbano as expectativas da população vão no sentido de se esperarem mais oportunidades devido ao processo de privatização e de redimensionamento das empresas estatais.

As mulheres, como vimos, têm em geral menos formação do que os homens e menos anos de escolarização, o que é confirmado estatisticamente: em Fevereiro de 1992, as mulheres representavam 44,2% da população em idade produtiva e da população analfabeta em idade produtiva. Daqui decorre que em Luanda existem mais homens que mulheres a trabalhar nos serviços públicos, nas empresas estatais e nas empresas privadas e a dominação masculina é muito mais pronunciada nas empresas privadas. Onde, parece haver uma forte inclinação contra as empregadas femininas no sector privado. Esta pode ser igualmente uma indicação das futuras restrições ao trabalho feminino, pois mais mulheres que homens estão auto-empregadas, a maioria das quais trabalha na comercialização de produtos alimentares no mercado paralelo. Estas micro-empresárias têm poucos contactos com o Estado e constroem o seu pequeno negócio em redes informais.

#### Desigualdades no acesso ao mercado do emprego

A população economicamente activa (PEA) era de 640.111 pessoas (56%) e 721.870 (58,1%) em 1992 e 1993, respectivamente. Destes totais, encontravam-se empregados, em 1992, 77,77%; enquanto que no ano seguinte se registou uma diminuição dos empregados na ordem de 2,1%<sup>7</sup>.

Em Junho de 1992, na administração pública (onde 72,8% dos empregados eram homens e 27,2% eram mulheres) as mulheres representavam 13,1% dos gestores, 38,5% do pessoal técnico, 50% dos empregados da administração e serviços e 27,2% dos trabalhadores<sup>8</sup>.

Por outro lado, e de acordo com o Banco Mundial, cerca de 4% da população economicamente activa estava, em 1988, a trabalhar na indústria e 1% no sector da

---

<sup>7</sup> N.U. (1994).

<sup>8</sup> Akesson (1992)

energia. As estatísticas diferenciadas por sexo, para estes sectores, embora limitadas, indicam que as mulheres constituíam 20% da força de trabalho total em qualquer tipo de emprego formal. Números referentes a Luanda indicavam que 17% da população activa em Luanda estava empregada na indústria. Existem relativamente mais homens (20% da população masculina total) que mulheres (14% da população feminina total).

O mercado nacional de emprego caracteriza-se por uma taxa muito baixa de alfabetização e poucos anos de escolaridade da população em idade laboral. A população é extremamente jovem e a taxa de crescimento natural prevista para 1991-2000 atinge os 3.5%. O índice de desemprego, em Luanda, é muito elevado, sobretudo entre a população feminina.

O sector não estruturado (o sector informal), predomina sobre o sector formal e abrange a maioria da força de trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho, 93% da população economicamente activa na área rural e 51% na área urbana trabalham no sector informal. Este fenómeno tem vindo a aumentar desde 1992 devido às migrações para as cidades, onde alimenta uma camada de pessoas desempregadas, dado que as cidades não têm capacidade de emprego. O ministério do Trabalho em 1994 indica que a taxa de participação feminina na força de trabalho tem vindo a aumentar desde 1986, constituindo 23,50% em 1993. Por sectores de actividade económica, a agricultura de subsistência e o sector informal (comércio) ocupam o maior número de mulheres. Os números sobre o desemprego são, também, preocupantes para as mulheres, como resulta dos dados obtidos a partir dos inquéritos realizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) sobre o "Emprego e Desemprego" (Fevereiro de 1992) e "Sócio demografia e Emprego" (Junho-Julho de 1993), a uma amostra de cerca de 1500 agregados familiares da cidade de Luanda. Durante o período em referência,

- da população empregada, cerca de 497.206 pessoas, 212.396 eram mulheres e, destas, 6.883 não trabalhavam por razões de doença, maternidade e outras;
- da distribuição das horas de trabalho semanal constata-se que um grande número de mulheres trabalha mais de 40 horas por semana, situação que é agravada pelo facto de, no sector informal, onde se emprega um grande número de mulheres, a duração da prestação do trabalho não obedecer ao horário convencional e não respeitar, de um modo geral, os períodos de repouso e os dias de descanso;
- quanto à taxa de participação feminina segundo a situação matrimonial, observa-se que as taxas específicas de actividade das mulheres solteiras, na maioria dos grupos etários, são geralmente mais elevadas comparativamente às das mulheres casadas;



- quanto às taxas de actividades das mulheres casadas, verifica-se um decréscimo sobretudo a partir dos 30 anos de idade, enquanto para as solteiras, viúvas, divorciadas e separadas o decréscimo se faz sentir apenas a partir dos 40 anos de idade.

### Desigualdades do género e saúde

Os elevados índices de mortalidade materna e a deficiente saúde das mães estão estreitamente ligados à baixa posição social e económica das mulheres<sup>9</sup>. Em Luanda, que tem a melhor infra-estrutura de saúde do país, calcula-se que 70% dos partos ocorrem fora das estruturas de saúde. Luanda tem apenas duas maternidades. Não há maternidades ou centros de saúde nos musseques de Luanda.

Angola é considerada o país da região SADC com a taxa de mortalidade materno-infantil mais elevada. Em Dezembro de 1990, os dados do Ministério da Saúde apontavam para uma taxa de mortalidade materno-infantil de 160/1000 no primeiro ano de vida. Mais de um quarto de óbitos maternos são de mulheres jovens. O aborto em Angola é ainda considerado um crime, o que conduz a um grande número de abortos clandestinos, muitos dos quais acabam com complicações e morte da mãe.

### O Aumento da Prostituição

Um outro aspecto social inquietante na cidade de Luanda (e nas outras províncias) é o aumento da prostituição infantil e de jovens raparigas (as chamadas "catorzinhas"), normalmente deslocadas das terras de origem, devido à guerra, que encontram nesta actividade a maneira de sobreviver e ajudar a própria família. A prostituição assume um aspecto mais organizado nos mercados da cidade onde existem "restaurantes" que servem refeições e serviços sexuais de jovens raparigas.

### A Transição política: participação organizada das mulheres

O processo de transição para o multipartidarismo tem tido graves repercussões na vida das mulheres. Embora a legislação em vigor continue a consagrar a plena igualdade da

---

<sup>9</sup> Um terço das doenças que afectam as mulheres com idade entre 15 e 44 anos estão relacionadas com a gravidez, o parto, o aborto, o HIV e infecções do aparelho reprodutor.

mulher no direito de voto e no de ser eleita, no direito de nacionalidade e da participação activa na vida política nacional, na prática esta igualdade não se verifica e a situação tem-se, paradoxalmente, vindo a agravar com a introdução do multipartidarismo: "... a percentagem de mulheres entre os deputados ao parlamento e assembleias locais era, até 1992, de 14.5%, ao nível central e de 15,7% ao nível local. Essa percentagem caiu agora, no Parlamento, para 9.5%...redução que resultou do facto de a maioria dos partidos políticos quase não terem proposto a candidatura de mulheres"<sup>10</sup>.

No governo angolano a mulher ocupa, no entanto, uma posição mais favorável. Existiam, até 1997, e antes da tomada de posse do GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional) 5 mulheres no Governo: Ministra do Petróleo, das Pescas, da Cultura, a Secretária de Estado para a Promoção e o Desenvolvimento da Mulher, e a vice-ministra da Assistência e Reinserção Social. Nos governos provinciais são geralmente mulheres as responsáveis da assistência e reinserção social e da promoção e desenvolvimento da mulher. Na diplomacia existe uma mulher que exerce as funções de embaixadora e algumas outras com funções de conselheiras. No poder judiciário existe uma mulher a ocupar o cargo de Vice-Presidente do tribunal de 1ª instância, 5 magistradas do Ministério Público e 3 magistradas judiciárias.

Em Março de 1991 foi aprovada, pelo Parlamento Nacional, na mesma sessão que aprovou a introdução do sistema multipartidário, a criação da Secretaria de Estado para a promoção e Desenvolvimento da Mulher. A Secretaria de Estado foi estabelecida em 1992. O seu principal objectivo é criar os mecanismos para assegurar que as questões do género sejam consideradas na elaboração das políticas de desenvolvimento, na definição de estratégias e na tomada de decisão. Infelizmente a Secretaria de Estado dispõe de muito poucos recursos humanos materiais e financeiros.

: Do seu pessoal apenas três pessoas detêm um grau académico, pois os salários são muito baixos, o que constitui um problema comum a toda a administração.

De acordo com a Secretária de Estado, que entrevistei em Maio de 1996, pouco foi feito sobre as políticas do género. De facto, até então, a actividade da Secretaria de Estado tinha-se resumido à implementação de um Seminário sobre os problemas da mulher e o poder e à publicação de um jornal para mulheres, chamado "Estamos Juntas" (6 números publicados até Setembro de 1996). Algumas actividades, nomeadamente a campanha para a preparação da participação angolana na Conferência Mundial das

---

<sup>10</sup> N.U. (1994)

Mulheres em Pequim (China), em 1995, foram financiadas pela ASDI (Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional) através de um Fundo de Apoio directo.

A dificuldade de mobilização das mulheres devido aos graves problemas conjunturais que elas vivem e a falta de recursos técnicos e financeiros, explicam em parte a dificuldade de recolha e tratamento de dados estatísticos sobre o género e à falta de realização de estudos sobre a condição da mulher angolana.

No que diz respeito às organizações que se ocupam dos problemas do género, no período pós independência, a OMA (Organização da Mulher Angolana) foi provavelmente a mais extensiva das organizações de massas do MPLA.

A OMA foi fundada em 1962, durante os primeiros anos de guerra pela independência. Durante este período as mulheres começaram a receber treino militar e a tomar parte nos combates. Organizaram campanhas de alfabetização e de cuidados básicos de saúde, nas áreas controladas pelo MPLA. Desta maneira houve uma transformação do tradicional papel feminino e homens e mulheres lutaram lado ao lado, de maneira que o trabalho da mulher tornou-se repentinamente mais visível.

Durante o período do mono-partidarismo a OMA, embora ligada financeiramente ao partido no poder, desempenhava uma função de mobilização de mulheres para a construção de uma sociedade onde se promovesse a mulher em termos de paridade com os homens. A OMA, durante a 1ª década pós independência, fez um grande trabalho em prol da mulher e teve um papel decisivo para pressionar o MPLA a tomar posições favoráveis à promoção da mulher. Exemplo disto são a elaboração do Código de família, a instituição do planeamento familiar, a prestação de assistência legal às mulheres, a discussão de questões como o aborto e a lei consuetudinária. As mudanças políticas e sociais em curso no país, têm tido um efeito negativo no desempenho da OMA, incapaz de se adaptar às novas condições, agravado ainda pela falta de recursos financeiros.

Em Julho de 1991 realizou-se um Congresso sobre o futuro da OMA num sistema multipartidário. A OMA tornou-se, desde então, uma associação nacional apartidária com objectivos patrióticos e sociais, aberta a todas as mulheres sem distinção de religião ou convicção política.

Existem em Angola outras instituições que se preocupam em contribuir para o processo de integração da mulher no desenvolvimento. Na Assembleia Nacional existe uma comissão de trabalho para as questões relacionadas com a família, crianças e promoção da mulher. Uma importante associação criada em Novembro de 1990 é a ASSOMEL (Associação das Mulheres Empresárias Angolanas). A nível não

governamental há algumas ONG's que, recentemente, consideram na definição dos projectos, os problemas do género.

Estudo de caso: As Empresárias de Luanda e Benguela.

Com o objectivo de recolher dados qualitativos sobre a realidade empresarial feminina em Luanda e Benguela, fui a Angola em 1996. Foram entrevistadas cerca de 50 mulheres empresárias no sector formal e no sector informal. A maioria neste último. Se à partida pensávamos que seria mais difícil o contacto com as mulheres do sector informal, devido aos conhecidos problemas de segurança, desconfiança e outros, resultou ao contrário mais fácil este contacto que a aplicação das entrevistas às mulheres empresárias de empresas formalizadas. Tive a possibilidade de aceder ao Roque Santeiro com uma equipa de trabalho já estruturada que fazia parte de um projecto de uma ONG canadiana que estava a ser desenvolvido naquela altura naquele mercado. Em Benguela tive acesso ao mercado do Capote com facilidade, devido ao apoio de uma funcionária de uma ONG portuguesa que serviu também de interprete uma vez que a maioria neste mercado só fala umbundo.

As características comuns das empresárias do sector informal entrevistadas podem-se resumir desta maneira: trata-se em geral de mulheres pobres, a grande maioria deslocadas de regiões vizinhas, devido à guerra. Solteiras ou com maridos desempregados, separadas ou divorciadas, todas com mais de dois filhos, de idade entre 19 e 44 anos tinham começado a própria actividade, na maioria depois de 1992. Os rendimentos que elas conseguiam eram, na maioria dos casos o único do agregado familiar que garantia a sobrevivência de todos os membros. Todas elas se deparavam com uma série de problemas. O mais sentido era o da segurança no trabalho devido à presença de commandos (ex militares armados e desempregados) que praticavam sistematicamente roubos e ameaças. Um problema muito sentido pelas mulheres era o de conjugar o papel no mercado e o papel de reprodução e cuidado diário com os filhos. Para resolver os problemas de assistência às crianças existia uma forte rede de solidariedade dentro do parentesco (a maior parte das vezes a cargo dos filhos mais velhos) e com a vizinhança (as escolas na altura estavam fechadas há muitos meses). Outra expressão de solidariedade presente neste grupo de mulheres empresárias é expresso na existência da "quixiquila", circuito de ajuda mútua que as mulheres praticam e que compensa em parte a falta ou a escassez de capital inicial.

No que diz respeito à motivação para iniciar o negócio era, em todos os casos entrevistados, a sobrevivência do agregado familiar. O circuito económico era neste contexto tão simples que tudo o que a mulher empresária conseguia como rendimento num dia servia para as despesa em bens de sobrevivência naquele dia.

As características das mulheres empresárias do sector informal, parecem adaptar-se à definição de Shumpeter (1961) no sentido em que tentam maximizar as receitas num meio incerto e precário sendo, ao mesmo tempo, capazes de introduzir inovação explorando todas as oportunidades. E se acreditamos, como os clássicos acreditam, que a inovação shumpeteriana tem que ser procurada nas pequenas empresas, então a atenção a todas as formas ("culturas") empresarias torna fundamental, em Angola, a atenção às mulheres que dirigem a maioria dos pequenos e micro negócios. Este é o mercado real, independentemente do facto de acreditar ou não que as empresas do sector informal constituem uma expressão (distorção) do modo de produção capitalista. A existência de discriminações e preconceitos em relação ao género resulta bem evidente nas entrevistas que esclarecem a divisão do trabalho dentro da família e no mercado, e na falta de qualquer tipo de apoio por parte do Estado.

Quanto às mulheres empresárias que gerem empresas legalizadas, elas foram contactadas através da ASSOMEL. Era nossa intenção aplicar um questionário, tarefa que resultou difícil devido sobretudo à diferente gestão do tempo de um ponto de vista cultural e sem dúvida da minha falta de experiência do terreno. Conseguimos, contudo, recolher dados suficientes que nos consentem identificar alguma característica comum destas empresárias que chamaremos de "elite".

A maioria delas vêm da função pública e começaram esta actividade graças ao apoio da elite política e administrativa com que, em geral, têm ligações de parentesco. Elas gerem pequenas e médias empresas legalizadas que actuam num espaço de mercado que se situa entre o sector formal e o informal, aproveitando as oportunidade que aí surgem. Têm associações de apoio através das quais podem fazer chegar aos órgãos superiores do Governo as suas próprias necessidades. Os agregados familiares a que pertencem não são pobres e a sua actividade não é justificada pela sobrevivência que está normalmente assegurada à partida. Os problemas do género que elas relatam parecem-se mais com os das mulheres ocidentais, embora todas elas reivindiquem o próprio papel de reprodução, sobretudo para o que diz respeito às decisões em relação aos filhos. Elas relatam uma série de dificuldades em diferentes áreas como o acesso ao crédito, ao direito de propriedade e às novas tecnologias. Graves dificuldades com que se deparam

resultam da situação política nacional, como a falta de serviços mormente a electricidade e de acesso às matérias primas, o que dificulta a actividade das empresas e que são comuns a tudo o sector privado. Trata-se de um fenómeno bastante comum nos países que viram a aplicação de programas de estabilização e ajustamento, a emergência de pequenas empresas que permitem compensar os cortes nos salários e oferecem uma alternativa ao desemprego.

### Conclusões

Em relação aos assuntos do género, existe uma falta total de organização a nível do Governo, o que parece resultar essencialmente da falta de vontade política para questionar as relações de poder histórica e culturalmente definidas entre homens e mulheres. Assunto este que não é específico da realidade angolana, tendo uma dimensão global.

A escassa informação qualitativa e quantitativa sobre as mulheres empresárias, a falta de um apoio concreto do Estado que introduza reformas nos códigos sobre a propriedade, sobre o acesso aos recursos e as novas tecnologias, dificulta a percepção dos comportamentos dos actores reais existentes no mercado angolano e a compreensão das características específicas da economia angolana.

Em conclusão, falar de desenvolvimento económico no contexto angolano significa fazer algumas adaptações do pensamento convencional sobre os problemas económicos. Um dos factores chave parece ser a aceitação da existência de um sector informal que controla, em parte, o desemprego e que contribui em larga medida para a melhoria das condições de vida da maioria da população. As unidades domésticas produzem uma parte substancial dentro e para a economia de mercado e é importante olhar para as relações económicas do ponto de vista da unidade doméstica, dentro da qual a mulher desempenha um papel predominante, que se torna mais visível no sector informal.

Se de um ponto de vista económico-produtivo a mulher está sempre mais presente, ao mesmo tempo existem discriminações baseadas no género que resultam em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, à educação, aos recursos e aos rendimentos.

Um dos caminhos a seguir poderia ser a introdução no modelo da economia de mercado das variáveis necessárias à eliminação das diferenças de rendimentos e de

riqueza entre homens e mulheres. A participação das mulheres no mundo do trabalho tem sido grandemente afectada pela estratificação do género e sexual quer dentro da família quer no mercado<sup>11</sup>, que se justifica principalmente com assuntos ideológicos sobre os papéis sexuais e com a resistência à mudança mesmo quando esta é economicamente racional.

As mudanças nas motivações das mulheres em relação ao trabalho não têm sido analisadas de maneira satisfatória pelos economistas, assim como as consequências das mudanças económicas necessárias aos indivíduos dentro da família. Trata-se, portanto, de injectar o género na análise teórica da disciplina económica.

Há muitas razões para a aparente inércia na introdução do género na análise económica. Quando não existia a economia do desenvolvimento a abordagem do género era vista como não científica. Havia uma tendência generalizada e um esforço pela cientificidade que excluía "a priori" a análise de comportamentos de actores e a análise das actividades de não mercado. Foi na microeconomia que se iniciaram as pesquisas do género na análise do mercado do trabalho.

Se quisermos aplicar, por exemplo, o fluxo circular das despesas e receitas no contexto da África Subsaariana, a realidade empírica obriga à rejeição da existência de uma função de utilidade única do agregado. E mais, se consideramos o problema do emprego, neste contexto, temos que fazer as contas com uma realidade que nos apresenta um vasto panorama de actividades e actores que influenciam o fluxo das despesas e receitas da economia: os agregados familiares, os mercados, as empresas, os governos, outras instituições. Portanto, introduzir variáveis como o género na macroeconomia torna-se fundamental à compreensão da realidade do mercado angolano onde as mulheres constituem, a meu ver, uma estrutura de intervenção na sociedade, enquanto grupo de identidade em formação, e um grupo de pressão potencial que poderia ameaçar o neo-patrimonialismo do Estado angolano e favorecer o desenvolvimento.

#### Indicações bibliográficas

AKESSON, L. (1992) Análise sobre o género em Angola ASDI, Luanda.

---

<sup>11</sup> Beneria (1995), Folbre (1995), Banco Mundial (1995)

- BANCO MUNDIAL (1995) "Pobreza e crise social em Angola" Workshop, Luanda.
- BENERIA, L. (1995) "Toward a greater integration of gender in Economics" in *World Development*, Great Britain.
- BISILLIAT, J. (1989) *Relations de genre et developpement, femmes et sociétés* Orstom, Paris.
- BOSERUP, E. (1970) *Woman's role in economic development* St Martins Press, New York.
- BRYDON, L. e CHANT, S. (1989) *Women in the third world, Gender issues in rural and urban areas* Biddles Ltd. London.
- CAGATAY, N. ELSON, D. GROWN, C. (1995) "Introduction" in *World Development*, vol. 23, Elsevier Science Ltd., Great Britain.
- CHARMES, J. (1992) "Le secteur informel, nouveau enjeu des politiques de developpement"? *L'Homme et la société*, 105-106 Orstom, Paris.
- CHARMES, J. (1996) « La mesure de l'activité économique des femmes » in « *Genre e Developpement : des pistes a suivre*, EHESS-INED-ORSTOM, Paris.
- COQUERY VIDROVITCH, C. (1997) *African Women a Modern History*, Westview Press.
- ELSON, D. (1993) "Gender-aware analysis and development economics" in *Journal of International Development*, vol. 5.
- FARGES, A; PERROT, M., (1993) "Lecture critique de l'histoire des femmes en Occident », actes du colloque de la Sorbonne, Paris, 13-14 novembre 1992.
- FLORO, M.S. (1995) "Womens well-being, Poverty, and work intensity" in *Feminist Economics*, 1.
- FOLBRE, N. (1995) "Four discussion of "Engendering Economics: New perspectives on women, work and economic change" Annual World Bank Conference on Development Economics.
- FRIEDMANN, J. (1996) "Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo", Celta Editora, Oeiras.
- HOPKINS, G.A. (1995) *Les entrepreneurs africains et le developpement de l'Afrique* in Ellis- Fauré (1995)
- HUGON, P. (1980) "Secteur non structuré ou hétérogénéité des formes de production urbaines" in *Revue Tiers Monde*, XXI.
- HUGON, P. (1995) *Les entrepreneurs africains et l'analyse économique* in Ellis- Fauré (1995)
- HULRICH, S. (1992) *Mulheres no desenvolvimento: Angola, análise genérica do país* ASDI, Luanda.
- KABEER, N. e HUMPHREY, J. (1993) "Neo-liberalism, Gender and the limits of the market" in *States or Markets?*, Colclough, C. e Manor J. (eds), Oxford.
- LAUTIER, B. (1994) *L'économie informelle dans le tiers monde* La Decouverte, Paris.
- LOCOH, T. ; TICHIT, C. (1996) Introduction in « *Genre et Developpement : des pistes à suivre* », EHESS-INED-ORSTOM, Paris.
- LOCOH, T. (1996) « De la demographie, des femmes, et des hommes... » in « *Genre et Developpement : des pistes à suivre* », EHESS, INED, ORSTOM, Paris.
- MAGUIRE, P. (1984) *Women in development: an alternative analysis* Mimeo Amherst, MA: Center for international Education, University of Massachussets.
- MAZRUI, A.A. (1992) "A mulher na economia africana: comentário sob um prisma sociológico" in *Finanças e desenvolvimento* Lisboa.
- MOORE, H. (1988) *Feminism and anthropology* Polity Press, Cambridge.



- MORICE, A. (1985) "Commerce parallèle et troc à Luanda" in *Politique Africaine*, 17.
- MOSER, C. (1984) "The informal sector reworked: viability and vulnerability in urban development" in *Regional Development Dialogue*, 5.
- MOSER, C. (1993) *Gender planning and development* Routledge EUA Canada.
- MURTEIRA, M. (1996 b) *Economia do Mercado Global*, Presença, Lisboa.
- N.U. (1994) *Relatório da República de Angola*, 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a mulher, Luanda.
- NELSON J. (1995) "Feminism and economics" in *Journal of Economic Perspectives*, vol.9.
- PALMER, I. (1992) "Gender equity and economic efficiency in adjustment models" in Afshar and Dennis (eds) *Women and Adjustment Policies in the third world* Mac Millan, London.
- SEN, A. (1990) *Gender and co-operative conflict*, I.Tinker ed. Oxford University Press, Oxford.
- SHUMPETER, J.A. (1961) *The theory of economic development*, New York, Oxford. Tradução inglês do original alemão (1912)
- SHUMPETER, J.A. (1984) *Capitalism, Socialism and democracy*, Payot, Paris.
- TALI, J.M. MAKEBO (1995) " La chasse aux zairois à Luanda" in *Politique africaine*, 57.
- TINKER, I. JAQUETTE, J. (1987) "UN decade for Women: its impact and legacy" *World Development* 15.
- VARLEY, A. (1996) "Women heading household: some more equal than others?" in *World Development*, Great Britain.
- VV.AA. (1995) "Rethinking Social development: Dawn's Vision" in *World Development*, 3.
- WALLERSTEIN, I. (1974) *The modern world system* Academic Press, New York.
- WALLERSTEIN, I. (1991) *Histoire et dilemmes des mouvements antisystémiques* La Decouverte, Paris.
- YOUNG, K., (1993) *Planning development with women: making a Worlds of difference* Macmillan, London.